

+ lei n.º 29/72

Sinula: Restituição o Queda
Permanente do funcionalismo

publico municipal e de
outras providências,
A Câmara Municipal de
Jaguapita Estado do Paraná, de
acordo com o Prefeito Municipal, san-
ciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reestruturado o Quadro
Permanente do Funcionalismo Mi-
nisterial Municipal de Jaguapita,
Estado do Paraná, que passará
a ter de 1º (primeiro) de janeiro
de 1973, a seguinte estrutura:

- | Nº cargos | Histórico | Simboles |
|-----------|---|----------|
| 01 - | Assistente Administrativo
Secretaria Geral | CC-4 |
| 01 - | Secretário
Setor do Pessoal | CC-4 |
| 01 - | chefe do Setor do Pessoal
Serviços Financeiros
Administração | CC-1 |
| 01 - | chefe do Serviço de Fazenda
Serviços de Transporte e Comunicações | CC-6 |
| 01 - | chefe do Serviço de Obras
Setor Poder Judiciário Municipal
Administração | CC-9 |
| 01 - | chefe do Setor Poder Judiciário Municipal
Serviços Agro-Pecuários
Administração | CC-3 |
| 01 - | chefe do Serviço Agro Pecuário
Serviços de Educação e Cultura
Administração | CC-10 |
| 01 - | chefe do serviço de Educ. Cultura | CC-5 |

Serviços de Saúde, Assistência e Previdência Social

01 - chefe do Serviço de Saúde CC-8

01 - Dentista CC-7

Serviços Urbanos
Administração

01 - chefe dos serviços urbanos CC-4

II - Cargos de Cadeira de Proveniente Efetivo

H₂ Cargos Históricos Níveis

Serviços Administrativos
Gabinete do Prefeito

01 Escriturário 10

01 Secretária Geral 05

01 Arquivista

01 Setor do Pessoal 08

01 Escriturário

Serviços Financeiros

01 Setor de Tesouraria

01 Tesoureiro 19

01 Escriturário 15

01 Datilógrafo 09

Setor de Tributação e Fiscalização

01 Fiscal Bancário 16

01 Fiscal Geral 15

01 Inspetor de Rendas 20

01 Fiscal Auxiliar 15

Setor de Contabilidade

01 Contador 22

02 Escriturários 18

Serviços de Educação e Cultura

01 - Inspetor de Ensino 13

01 - Auxiliar de Inspeção 09

Biblioteca Pública Municipal
01 Bibliotecário 05
Setor de Ensino Primário
20 Professores 03
Diversos

01 Encarregado da FSM 04

Art. 2º - As nomeações para cargos de carreira de provimento efetivo, deverão sempre ser precedidas da realização de concursos públicos, conforme legislação em vigor, sendo que as nomeações para cargos em Comissão serão de livre escolha do Executivo e demissíveis "ad-mutuo"

Art. 3º Dentro dos limites dos níveis fixados pela presente Lei, poderão os funcionários do Quadro Permanente de Provimento Efetivo, serem promovidos através de ato do Executivo

Parágrafo 1º - A promoção será aplicada anualmente, pelo critério de merecimento e antiguidade alternadamente.

Parágrafo 2º - Só poderá ser promovido o funcionário que contar a data do respectivo processamento, 2 (dois) anos de exercício efetivo da função.

Art. 4º - Os serviços de Odontologia, Saúde, Obras agro-pecuária e Advocacia serão dirigidos por

profissionais liberais devidamente habilitados.

Parágrafo Único - Os serviços de Fazenda serão dirigidos por profissionais em contabilidade, legalmente habilitados.

Art. 5º - O funcionário terá acréscimo nos vencimentos, a título de adicional por tempo de serviço, 1. de 5 em 5 anos de exercício 5% (cinco por cento) até completar 25 anos.

Parágrafo Único - A incorporação do acréscimo de que trata este artigo será computada imediatamente, inclusive para efeito de aposentadoria, e será computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos.

Art. 6º - O funcionário terá direito em cada quinquênio a 3 (três) meses de licença prêmio.

Art. 7º - Toda vez que ocorrer aumento de vencimentos do funcionalismo federal e estadual, é facultado ao Executivo Municipal, proceder estudos visando o reajustamento dos vencimentos dos funcionários municipais, encaminhando Mensagem à Câmara Municipal, respeitando os limites estabelecidos por lei.

Art. 8º - O Quacho e salários de

X

Rosatto 71

servidores regidos pelo CLT, serão aprovados por ato do Executivo Municipal, facultando-se sua elevação em decorrência de atividades, aptidão e mérito, de cada um, enviados aos chefes de seção.

Parágrafo Único - Todas as vezes que for reajustados os níveis do salário mínimo, o Executivo Municipal procederá estudo, visando o aumento de salários do pessoal de que trata este artigo.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
de Jaguapitã, 13 de novembro 1972

Paulo Rosatto

Paulo Rosatto

Prefeito Municipal

João Faustino Leite
Secretário Municipal